

“No Piauí, um juiz é morto a tiros”:

violência e paixão partidária no processo de redemocratização de 1945

Jackson Dantas de Macêdo¹
Raimundo Nonato Lima dos Santos²

Resumo: Esse artigo trata de atos de violência ocorridos durante o processo de redemocratização de 1945 no Piauí, entre os meses de agosto e outubro, tendo como objeto central o assassinato do Juiz Eleitoral da comarca do município de Jaicós, Dr. Valdinar Serra e Silva. O assassinato do magistrado ganhou repercussão nacional e chegou ao conhecimento de políticos importantes e de altas autoridades, entre elas, o Ministro da Guerra, general Gois Monteiro. Acusações de crime político não tardaram a figurar as páginas dos jornais locais e nacionais. Para entender esse contexto político violento foram utilizados como fontes os periódicos: Jornal Gazeta, jornal O Piauí, jornal O Momento, Diário Oficial do Piauí, Jornal do Brasil, Correio da Manhã e Diário de Notícias. Como referencial teórico, partimos das concepções de *cultura política* de Serge Berstein (1998), *campo e poder*, de Pierre Bourdieu (2005) e *fanatismo*, de Norberto Bobbio (1998). A pesquisa tece uma análise da conjuntura política do Piauí naquele contexto, de características da cultura política local, do modo como o crime foi retratado pelos periódicos e avalia a influência do assassinato do Juiz na disputa eleitoral em nível nacional.

Palavras-chave: História e política. Cultura Política. Violência. Eleições. Piauí.

Abstract: The article deals with acts of violence that occurred during the 1945 redemocratization process in Piauí, between the months of August and October, with the central object of the murder of the Electoral Judge of the district of the municipality of Jaicós, Dr. Valdinar Serra e Silva. Accusations of political crime soon appeared as pages in local and national newspapers. The murder of the magistrate gained national repercussion and came to the attention of important politicians and high authorities, among them, the Minister of War, General Gois Monteiro. To understand this violent political context, the following journals were used as sources: Gazeta newspaper, The Piauí newspaper, The Moment newspaper, Piauí Official Gazette, Brazil Newspaper, Morning Mail and Daily News. As a theoretical framework, we start from the conceptions of *political culture* by Serge Berstein (1998), *field and power*, by Pierre Bourdieu (2005) and *fanaticism*, by Norberto Bobbio (1998). Research weaves an analysis of the situation of Piauí in that context, of features the cultural policy local, the way the crime was portrayed by the journals and assessment the influence of murder of Judge in the electoral dispute at national level.

Keywords: History and politics. Political Culture. Violence. Elections. Piauí.

“IN PIAUÍ, A JUDGE IS DEAD TO SHOTS”:

violence and party passion in the process of redemocratization in 1945

¹ Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (PPGHB-UFPI). E-mail: jacksondantasdemacedo89@gmail.com

² Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor do curso de História da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros. E-mail: raimundolima2011@ufpi.edu.br

Introdução

Governado por Leônidas de Castro Melo desde 1937, em 1945 o Piauí era mais uma entre o que Maria do Carmo Campello Souza definiu como “pequenas ditaduras” instituídas dentro da ditadura do Estado Novo, isto é, mais um entre os “minúsculos regimes de exceção” estabelecidos “dentro do período de exceção” (SOUZA, 1990, p. 91). Destacavam-se, em grande medida, “o caráter autoritário da política local, respaldado pela força policial”, além da violência em várias dimensões, todos como “traço constante da *cultura política partidária*” que, “ganhou fôlego pela ideia de um poder inquestionável [...] no período *estadonovista*” (OLIVEIRA, 2016, p. 118).³ Devido ao Estado ditatorial, os núcleos oligárquicos – sobretudo os ligados ao governo – conseguiram se manter vivos e ativos no campo político, fortalecidos por uma couraça autoritária que, entre outras coisas, blindou e deu poder discricionário aos chefes políticos.

Como consequência, os municípios piauienses acabaram se tornando instâncias ainda mais reduzidas da ditadura, onde também foi comum a truculência e o uso da violência contra opositores políticos, muitas vezes, chancelado por autoridades, prefeitos e líderes políticos locais aliados do interventor. Contudo, o caráter autoritário e violento da política piauiense, não foi constituído durante o Estado Novo, e nem era uma característica exclusiva do grupo político que havia se estabelecido no poder depois de 1935. O período ditatorial apenas acentuou isso. “A existência de ameaças, de capangas, de revólveres e, algumas tantas vezes, de mortes, faziam parte das práticas políticas partidárias, compondo importante elemento da trama que” caracterizava “o contexto cultural do Piauí naquele período” (OLIVEIRA, 2016, p. 119); mas que também pode ser observada em disputas pelo poder político em ocasiões anteriores à década de 1940 (NASCIMENTO, 1994).

A noção do que é o político ultrapassava as fronteiras das instituições no Piauí e a ideia de poder acabava diluída na estrutura dos diferentes campos de relações sociais, entre políticos, eleitores e apoiadores, alcançando as subjetividades e as sensibilidades desses sujeitos. Para Pierre Bourdieu (2005), um campo é um microcosmo social dotado de certa autonomia, com leis e regras específicas, ao mesmo tempo em que é influenciado e relacionado a um espaço social mais amplo. É um lugar de troca, de luta entre os agentes que

³ Leônidas de Castro Melo foi um médico, professor e político piauiense. Nasceu no dia 15 de agosto de 1897 em Barras do Marataoan, no Piauí, filho do comerciante Regino Lopes de Melo e de Maria Florença de Castro Melo. Foi conselheiro municipal de Teresina, presidente do Tribunal de Contas do Estado e fez parte do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais no Piauí. Assumiu o governo do estado em 3 de maio de 1935, após ter sido eleito pela Assembleia Legislativa. Em 1937, por ter apoiado o golpe do Estado Novo, foi nomeado interventor por Getúlio Vargas, permanecendo no cargo até 9 de novembro de 1945 (GONÇALVES, 1993).

o integram e que buscam manter ou alcançar determinadas posições de poder a partir de capitais específicos, valorizados de acordo com as características de cada campo e com a possibilidade de acesso a eles (BOURDIEU, 2005). As lutas políticas no Piauí quase sempre ocorriam pelo interesse de usufruir da máquina estatal e do poder institucional. Ficar de fora do poder ou do círculo em torno dele, poderia resultar na perda de prestígio social, poder econômico, capacidade de articulação política e até a “perda de condições para sobreviver” (ASSUNÇÃO, 2005, p. 32-33).

O sentimento revanchista, o objetivo de retorno ao poder, o desejo de permanência na esfera pública, autoritarismo, conflitos, o caráter violento, todos eram traços que compunham a *cultura política* local. Casos de violências e arbitrariedades ocorriam cometidos por sujeitos ligados a ambos os grupos políticos (UDN e PSD). A “cultura política se trata de uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política” de um país ou região, “que faz dela outra coisa que não uma ideologia ou um conjunto de tradições” (BERSTEIN, 1998. p. 350). Após o governo federal emitir em fevereiro de 1945 o Decreto-Lei que fixava data para as eleições que marcavam a reabertura democrática, as lideranças políticas piauienses de oposição, há quinze anos afastadas do poder institucional, na tentativa de reavê-lo, se reuniram em torno da UDN (União Democrática Nacional), enquanto o grupo governista, para defender seus interesses, compôs o PSD (Partido Social Democrático).⁴

Posições estabelecidas, na medida em que a corrida presidencial e os alistamentos para o pleito avançaram, também aumentou a tensão política e a animosidade partidária tornou-se constante. Denúncias de abusos cometidos por ambos os partidos, mas em especial pelos pessedistas, na capital e nos municípios, passaram a figurar as páginas dos jornais. “Tais práticas abrangiam desde o fechamento de uma farmácia no município de Jaicós, em razão de o farmacêutico apoiar a candidatura do brigadeiro”, espancamentos, tiroteios, perseguições, prisões, humilhações, “até a promoção de ameaças de morte a juizes” (OLIVEIRA, 2016, p. 120). A campanha acabou marcada por arbítrios e violências em todo o Piauí, vitimando diversos sujeitos na capital e nos municípios, entre eles, o Juiz Eleitoral do município de

⁴ A Lei Constitucional n.º 9, também chamada de Lei Agamenon, emitida em 28 de fevereiro de 1945, modificava artigos da Constituição e determinava que, dentro do prazo de noventa dias, seria fixada data para as eleições gerais no Brasil. Desde o final de 1944, grupos políticos espalhados por todo o país já discutiam possíveis nomes e possibilidades de candidaturas, bem como a criação de partidos. Depois de maio de 1945, com a Justiça Eleitoral reinstituída, a disputa acabou polarizada entre a UDN, que tinha o Brigadeiro da Aeronáutica, Eduardo Gomes, como candidato a Presidência da República de oposição e, o PSD, que apresentou o General Eurico Gaspar Dutra como candidato situacionista. A UDN resultou de uma frente ampla de oposição ao governo Vargas e as interventorias estaduais.

Jaicós, Dr. Valdinar Serra e Silva, assassinado a tiros dentro do Cartório do Registro Civil, pelo tabelião. O assassinato do magistrado chocou o Piauí e ganhou repercussão nacional, chegando ao conhecimento das principais lideranças da UDN no país e ao do Ministro da Guerra, General Gois Monteiro.

Em vista disso, o objetivo central do artigo é analisar o assassinato de Valdinar Serra e Silva, a pretexto de compreender como os enfrentamentos no Piauí foram abordados pelos jornais, traçar um panorama do cenário político do estado em 1945, discutir alguns aspectos da cultura política local e avaliar os desdobramentos do ocorrido em meio ao processo de redemocratização. Foram utilizados como principais fontes os periódicos ligados a UDN no Piauí: Jornal Gazeta e jornal O Piauí. Os periódicos ligados ao PSD: jornal O Momento e Diário Oficial do Piauí. E, os jornais cariocas: Jornal do Brasil, Correio da Manhã e Diário de Notícias. A metodologia de análise aplicada é proposta por Tânia Regina de Lucca (2008), que nos ensina que, ao utilizar periódicos como fontes, devemos nos interessar menos “pelo que eles dizem do que pela maneira como dizem, pelos termos que utilizam”, ou “pelos campos semânticos que traçam” (LUCA, 2008, p. 114). Em um primeiro momento traçado um panorama do contexto político e do quadro de violências que foi se estabelecendo por todo o estado do Piauí, entre os meses de agosto e setembro de 1945, para em seguida serem analisadas as circunstâncias do referido assassinato, como ele e os demais atos de violência foram retratados pelos jornais e qual a influência do crime na disputa do pleito.

“Violência e fanatismo político”: traços da *cultura política* do Piauí em 1945

Tão logo instalado o Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI), em junho de 1945, a apenas seis meses das eleições, imediatamente foi iniciado o processo de organização das zonas eleitorais. O tempo era curto e as dificuldades para realizar o alistamento não seriam poucas, a começar pela própria qualificação do corpo de funcionários do tribunal e pela quantidade de alistados que o pleito teria.⁵ Por esse motivo, para compor esse espaço jurídico não foi realizado um processo seletivo ou de qualificação. Devido à necessidade de celeridade, ao invés disso, foram requisitados 8 funcionários de outras repartições públicas do estado e, para presidir as Zonas Eleitorais, o presidente do TRE-PI nomeou alguns magistrados e promoveu outros a juízes eleitorais, entre eles, Valdinar Serra e Silva, que fora designado a presidir a comarca do município de Jaicós, localizada a 379 km da capital

⁵ O processo eleitoral ocorrido naquele ano marca a inserção do maior número de votantes desde a instituição do sistema republicano. Para o pleito foram alistados 7.348.054 eleitores em todo o país (CARVALHO, 2002).

(EVOLUÇÃO..., 2018). Na época, o magistrado tinha 29 anos de idade, não contava com muitos anos de carreira na magistratura, nem havia ocupado o cargo de Juiz Eleitoral em outra ocasião, mas já acumulava certa experiência na função de juiz, tendo atuado anteriormente nas comarcas dos municípios de Miguel Alves e Altos. Era casado, tinha três filhos, e sua família residia em Teresina, capital do Piauí (MALDADE..., 1945).

A disputa política, as arbitrariedades e o clima de tensão entre os grupos políticos se encontravam em curso desde o mês de maio, quando foi realizado um comício das oposições coligadas no Piauí, isto é, desde antes de ser criado o TRE-PI. Quando Valdinar Serra e Silva foi enviado à Jaicós, em meados de julho, o estado de animosidade política pelos municípios piauienses já havia tomado uma dimensão significativa, tanto que já podia ser acompanhado em denúncias que citavam o governo estadual como responsável, nos jornais cariocas e paulistas. No Rio de Janeiro, o *Jornal do Brasil* publicou, no dia 8 de agosto, uma matéria relatando um caso de ameaça ao Juiz Eleitoral da comarca do município de Barras, terra natal do interventor Leônidas de Castro Melo. Segundo a matéria, o magistrado havia solicitado ao Tribunal de Apelação do Piauí, intervenção federal, por ter recebido ameaças do prefeito do município, o Major Diogo Lustosa, aliado do interventor que também acumulava o cargo de delegado de polícia (COISAS..., 1945).

Essas denúncias, em sua maioria, eram feitas por partidários udenistas, que se diziam perseguidos e prejudicados pela interferência do governo no alistamento eleitoral, o que, para os políticos governistas, não condizia com a verdade. Em seus periódicos, esses últimos afirmavam que os atos de violência em curso eram de responsabilidade dos partidários udenistas. Afirmção essa que foi compartilhada posteriormente pelo ex-interventor Leônidas de Castro Melo, em um livro de memórias publicado anos depois da sua saída da interventoria (MELO, 1979). Assim como para os periódicos, para esse político, os udenistas foram os responsáveis pelas violências ocorridas no Piauí, quando “provocavam tumultos em seus comícios e faziam de tudo para que a violência se instalasse no estado, como forma de culpar os pessedistas” (OLIVEIRA, 2016, p. 121) e instalar um clima de rejeição ao PSD. Todas as acusações se tratava de uma estratégia de difamação dos políticos governistas.

Embora a fala do ex-interventor seja tendenciosa – indo de encontro à fala dos seus opositores, em uma disputa do que Michael Pollak (1989, p. 4) chama de enquadramento da memória, pois “intervêm no trabalho de constituição e de formalização” da mesma – dado o clima de animosidade na disputa eleitoral retratado pelos jornais daquele período e na fala de Leônidas de Castro Melo, o que se pode perceber no confronto entre os discursos rivais e que

se poderia concluir, é que sujeitos de ambos os grupos políticos acabavam praticando tumultos e violências pelo estado. A culpa não era apenas de um dos partidos. “Trocadas de acusações à parte, o que havia de fato era uma intensa e violenta rivalidade entre udenistas e pessedistas” (OLIVEIRA, 2016, p. 121). No entanto, as denúncias de abusos, arbitrariedades e ameaças pelo Piauí, não se restringiam aos políticos governistas, à polícia, aos prefeitos municipais, aos seus correligionários políticos e aos eleitores. As próprias instituições do judiciário piauiense, encarregadas de garantir a lisura do pleito e a ordem, foram acusadas, durante a campanha, de compactuarem com as arbitrariedades do governo e agirem a serviço dele.

Para o Desembargador aposentado e líder udenista, Simplício de Sousa Mendes, isso ficava evidente, pois medidas severas não foram tomadas quanto à denúncia do magistrado da cidade de Barras. Além do mais, os diferentes métodos que estavam sendo utilizados pelos governistas piauienses para garantirem a sua permanência no poder, entre eles, “o suborno eleitoral, em franca evidência na capital e nos municípios do estado, utilizando-se para este fim, dos cargos públicos, das posições políticas estaduais e municipais”, também não eram combatidos com vigor pelas autoridades competentes. Ao contrário, ao invés do judiciário combater tais práticas, ele estaria perseguindo de maneira velada quem queria combatê-las, o que podia ser visto, “especialmente, na perseguição movida ao Dr. Valdinar Serra e Silva, Juiz de Direito de Jaicós”, que havia, segundo Simplício de Sousa Mendes, sido “iniquamente denunciado pelo Procurador Geral do Estado”, e chefe do Ministério Público, Dr. Mário José Baptista.⁶

Por causa do estado de animosidade na disputa política, Valdinar Serra e Silva teria começado a ter problemas com os políticos do município de Jaicós, logo que chegou à comarca (BÁRBARO..., 1945). Ao assumir o cargo, assim como o juiz de Barras, o magistrado teria passado a ser assediado constantemente pelos “irmãos Silveira, chefes políticos” locais que, “tentaram subornar o Juiz para que ele beneficiasse o alistamento dos eleitores situacionistas”, em detrimento dos udenistas, o que não foi aceito. Valdinar Serra e Silva teria se negado a participar do ilícito em todas as investidas, frustrando os irmãos Silveira que, diante da recusa, “procuraram o chefe do Ministério Público” em busca de apoio para resolver o impasse. Esse, por sua vez – conforme a narrativa do Jornal Gazeta, periódico vinculado a UDN – para tentar contornar a situação, teria ido pessoalmente negociar o ilícito

⁶ Simplício de Sousa Mendes fez essas afirmações durante o *meeting* de um comício das oposições coligadas, que ocorreu no dia 15 de agosto de 1945 em Teresina. Sua fala foi transcrita e publicada pelo Jornal Gazeta, periódico ligado a UDN (O GRANDE..., 1945).

com o Juiz em Jaicós. Na ocasião, o chefe do Ministério Público teria feito duas propostas e dado uma possibilidade de escolha a Valdinar Silva (NOTA OFICIAL, 1945).

A primeira sugeria que ele pedisse demissão do cargo, em troca de ser transferido para uma comarca na capital, “mais vantajosa”, já que sua família residia ali. A segunda, menos vantajosa, sugeria que, caso recusasse a “proposta amigável”, o magistrado até poderia permanecer no cargo, porém, ia ser processado pelo Ministério Público. Valdinar Silva se manteve firme, não aceitou negociar. Devido à recusa, o magistrado teria passado a ser perseguido e desprestigiado por alguns de seus pares, pelos funcionários da comarca, pelas autoridades governistas locais e pelo interventor Leônidas de Castro Melo, que, segundo os udenistas, tinha o apoio do Vice-Presidente do TRE-PI e Presidente do Tribunal de Apelação, Desembargador Adalberto Correa Lima. Diziam os udenistas que, o prefeito de Jaicós, Benedito Pacheco Júnior, em companhia de correligionários políticos, depois do posicionamento de Valdinar Serra e Silva, paulatinamente havia passado a atacar “a reputação do magistrado pelas ruas do município”, a fim de achincalhá-lo (BÁRBARO..., 1945). Diante da polarização na disputa pelo poder, a negativa do magistrado representava um empecilho para as pretensões dos pessedistas em Jaicós.

Achincalhamentos de autoridades e políticos, negociatas escusas, arbitrariedades e conflitos por causa de divergências políticas, também eram traços da *cultura política* local, e foram recorrentes durante a campanha. Em uma escala crescente, durante todo o processo de alistamento eleitoral, o clima foi de tensão no Piauí. O caso de Barras e os desentendimentos em Jaicós foram apenas o início da radicalização. Ainda em agosto, no município de Jerumenha, sudoeste do estado, o acirramento da campanha resultou no assassinato do correligionário governista “Macdonald dos Santos Rocha”, praticado pelo advogado e udenista Dr. José Gregório. Naquela ocasião, duas versões a respeito do crime foram veiculadas nos jornais: uma defendendo a vítima fatal, Macdonald dos Santos Rocha, pelo periódico governista; e outra defendendo o acusado, José Gregório, pelos periódicos oposicionistas (O CASO..., 1945). Em ambas, é nítida a intenção de desvincular dos partidos a qual estavam ligados, qualquer responsabilidade pelo ocorrido, por perseguições, violência ou autoritarismo, atribuindo sempre a culpa do estado de violência ao “fanatismo político e ao destempero dos partidaristas adversários”.

Por serem periódicos ligados aos partidos, obviamente muitas questões acabavam não sendo mencionadas ou problematizadas de maneira clara e efetiva, principalmente as que pudessem pôr em risco a imagem da agremiação ou a idoneidade dos seus correligionários.

Entretanto, como nos interessamos “menos ‘pelo que eles dizem do que pela maneira como dizem, pelos termos que utilizam, pelos campos semânticos que traçam’ e, poderíamos completar, também pelo interdito, pelas zonas de silêncio que estabelecem” (LUCA, 2008, p. 114), analisando as zonas de silêncio nos discursos em torno do ocorrido em Jerumenha, é possível notar que o que os jornais evitavam mencionar, é que existia um ambiente de animosidade política generalizado, onde eram comuns os desentendimentos de ordem política e os desfechos violentos, provocados por apoiadores e políticos de ambos os partidos, enquanto traço da *cultura política* local.

No caso de Jerumenha, ambos os sujeitos eram exaltados partidários que, envolvidos pela tensão da disputa política, no calor de uma discussão acerca das suas preferências partidárias, das suas ideias, entraram em conflito e José Gregório, criminosamente, assassinou Macdonald dos Santos Rocha (O CASO..., 1945). O fanatismo a qual os periódicos fazem referência nos seus discursos, é muito próximo do que Norberto Bobbio define como fanatismo. Para Bobbio, *fanatismo* é “uma cega obediência a uma ideia, servida com zelo obstinado, até exercer violência para obrigar outros a segui-la e punir quem não está disposto a abraçá-la” (BOBBIO, 1998, p. 464). O crime não se tratou de algo premeditado, como queriam fazer crer os jornais em suas publicações. A partir da análise das fontes, é notório que ele decorreu do estado de violência que, gradativamente, foi crescendo pelo Piauí durante a disputa política.

Em setembro, no município de Picos, centro-sul do Piauí, durante uma visita do interventor e sua comitiva oficial para a realização de um comício, ocorreu um tumulto que deu origem a uma briga generalizada entre partidários udenistas e pessedistas, culminando com um tiroteio em plena praça pública. O incidente foi iniciado porque foi notada a presença de um grupo opositor próximo ao local onde estavam concentrados os governistas (OS DESVAIRAMENTOS..., 1945). Na ocasião, não houve vítimas fatais, mas os jornais relataram vários casos de espancamentos, humilhações e ameaças de morte. José Virgílio, partidário udenista no município e um dos envolvidos no tiroteio, em entrevista ao Jornal Gazeta, acusou o prefeito municipal e importante liderança política em Picos, Adalberto de Moura Santos, de ter tentado matá-lo e também a outros políticos picoenses, entre eles: Celso Eulálio, Hélio Leitão e o Dr. Anísio Maia. Segundo José Virgílio, o próprio Adalberto de Moura Santos, em meio ao tumulto, sacou seu revólver e, enfurecido, iniciou os disparos, em companhia dos “seus amigos”: o “escrivão eleitoral, Pascoal Santos, o comerciante, Joaquim

Monteiro, o Promotor Público, Dr. Alberto Monteiro, e seu irmão, Dr. Moura Santos” (OS DESVAIRAMENTOS..., 1945).

Passada a agitação do tiroteio o comício seguiu, mas segundo o *Jornal Gazeta*, um irmão do interventor que estava presente, Otávio de Castro Melo, para arrematar a situação, ainda proferiu um discurso agressivo destinado aos políticos udenistas de Picos, Jaicós e Oeiras, onde afirmou que: o “PSD venceria as eleições, nem que fosse preciso derramar sangue”. “O governo tinha ali o direito de fazer o que bem entendesse contra os oposicionistas”. “O situacionismo não perderia as eleições, mesmo que fosse necessário recorrer à bala” (OS DESVAIRAMENTOS..., 1945). Uma fala desastrosa do ponto de vista político, pois além de insultar a oposição e seu eleitorado, incitava o uso da violência. Visto pelos udenistas como um debochado, dias depois, conversando com correligionários pessedistas em um café em Teresina, na Praça Pedro II, Otávio de Castro Melo ainda teria, supostamente, dito as seguintes palavras se gabando em relação ao ocorrido em Picos:

Eles pensavam que o mano era mole. Mas se enganaram. O mano, que é bicho turuna, só precisou cochichar ao ouvido do prefeito, do promotor e de outros amigos. Bastou isso e o barulho chocou e só não foi maior porque o mano tinha dito que só não queria era que houvesse morte [...]. O pessoal governista de Picos é do bom. (COMENTÁRIOS, 1945, p. 2).

As críticas dos udenistas foram duras à administração de Picos e às declarações de Otávio de Castro Melo, mas, principalmente, ao posicionamento do interventor, que estava presente no comício, porém não tomou providências enérgicas após o acontecido e nem se pronunciou no *Diário Oficial*. O silêncio foi ensurdecedor. Para os jornais oposicionistas, a inépcia de Leônidas de Castro Melo dava a entender que o uso da brutalidade contra opositores políticos tinha o seu respaldo, o que abria as portas para uma total radicalização da campanha. Nessa perspectiva, a oposição passou a associar todo e qualquer caso de exceção e violência política no estado, durante o resto do alistamento eleitoral, ao que ocorreu em Picos. Para os udenistas, os eventos ocorridos naquele município teriam funcionado como um catalizador do quadro de violências no Piauí. A falta de atitude do interventor, do poder público e do judiciário, frente ao acontecido, seria um estímulo velado para que a selvageria fosse instaurada de vez no estado. E, as palavras que supostamente foram proferidas pelo irmão do interventor, as orientações de como proceder.

Poucos dias depois do tiroteio em Picos, foram registrados pelo *Jornal Gazeta* mais atos de “violências contra a oposição”, desta vez no município de Porto do Piauí, região norte do estado, resultantes de conflitos por causa da ocorrência de fraudes no alistamento eleitoral.

Algo que, vale enfatizar, também era negligenciado pelo judiciário. Segundo o periódico udenista, nesse município, assim como em outros, o alistamento eleitoral se fazia “com todas as fraudes e facilidades para os homens do governo”, pois, o juiz preparador era “sócio do coletor” e “o escrivão filho do prefeito” (VIOLÊNCIAS..., 1945). Devido ao aparelhamento das instituições públicas pelo governo estadual, através da nomeação de correligionários ou do suborno, muitos funcionários públicos, autoridades e donos de cartórios, acabavam atuando em benefício do grupo governista. O que representava um problema grave para os udenistas, pois, mesmo em municípios onde o juiz não fosse próximo ao governo e não aceitasse compactuar com ilícitos, ainda existiam os coletores e os tabeliões que, poderiam colaborar com os pessedistas, caso que ocorria no município de Jaicós.

Apesar da negativa de Valdinar Serra e Silva em compactuar com ilícitos, os pessedistas de Jaicós não desistiram. O tabelião do município, Joaquim Nelito Silveira, apoiava o grupo governista e, obrigatoriamente, alguns documentos necessários para requerer o título de eleitor, como as certidões de nascimento, teriam que ser emitidos por ele, o que possibilitava o beneficiamento do eleitorado governista, mesmo sem o consentimento do magistrado. Em meados de setembro, Ascendino Pinto, “cometa da politicagem” pessedista, esteve na cidade de Jaicós, “fazendo propaganda do situacionismo”, e permaneceu no cartório eleitoral durante todo o período em que esteve no município. Segundo o *Jornal Gazeta*, sua visita havia tido dois propósitos: instruir o capitão Dirceu Batista de como proceder frente às manifestações oposicionistas e, orientar o escrivão do registro civil que mantivesse e intensificasse a demora na entrega “das certidões pedidas pelos adeptos da União Democrática”, para dificultar o alistamento dos eleitores da oposição (VIOLÊNCIAS EM JAICÓS, 1945).

O que se observa é a montagem e franca utilização de uma estratégia de combate à oposição pelo governo, que tinha sua raiz nos cartórios do registro civil. Se Valdinar Serra e Silva ou outro juiz que fosse, não aceitasse facilitar o alistamento dos eleitores pessedistas, o caminho era dificultar o alistamento dos udenistas. Com poucos eleitores cadastrados, a chance de a oposição vencer seria quase nula. A maioria das queixas de dificuldades no alistamento veiculadas pelos jornais, durante o resto mês de setembro, foi relacionada à demora na entrega dos registros de nascimento por tabeliões de alguns cartórios, quando requeridos a interesse de udenistas. A essa altura, além de um estado de animosidade política generalizada, fraudes e facilitações explícitas tornavam o cenário político e a disputa ainda mais tensa e propensa a conflitos, mesmo dentro das instituições, por causa da quebra de

hierarquia. Depois do ocorrido em Picos, o estado de radicalização tomou outras proporções, e os desdobramentos da campanha ficaram ainda mais perigosos, tanto para os políticos, como para as autoridades encarregadas da organização do pleito.

“Política de sangue e lama”: o assassinato de Valdinar Serra e Silva

Em meados de setembro, abusos e violências já ocorriam cotidianamente pelos municípios do Piauí, em todas as regiões. Assim como nos outros municípios mencionados anteriormente, os ânimos em Jaicós estavam muito exaltados e, em virtude das arbitrariedades e violências que estavam ocorrendo, da demora na tomada de providências pelo governo estadual e poder judiciário frente a elas, mas, principalmente, em relação ao assassinato em Jerumenha e ao tiroteio em Picos, a qualquer momento poderia ocorrer algo ainda mais grave. Os ânimos exaltados e a tensão entre políticos, chefes eleitorais, eleitores, autoridades e funcionários das zonas eleitorais, cada vez mais confluíam para a ocorrência de conflitos (EM JAICÓS..., 1945).

Em resposta aos protestos dos políticos udenistas de Jaicós, devido ao atraso na entrega dos registros civis aos seus eleitores, entravados pelo escrivão do cartório e que, segundo os opositoristas, estava prejudicando o alistamento de “seiscentos e oito” pessoas, o presidente do TRE-PI, Des. Odorico Jaime de Albuquerque Rosa, enviou um telegrama ao juiz Valdinar Serra e Silva instruindo-o a averiguar o motivo do atraso e a tomar providências para que o problema fosse solucionado. A data do recebimento da correspondência pelo magistrado não ficou registrada, no entanto, Valdinar Serra e Silva, prontamente, atendeu à solicitação do seu superior e se dirigiu ao cartório para averiguar a situação, no dia 29 de setembro, um sábado, cinco horas da tarde (TELEGRAMAS. Jornal Gazeta, 1945).

Chegando ao cartório, ao entrar, Valdinar Serra e Silva encontrou o tabelião Joaquim Nelito Silveira, acompanhado de mais três pessoas: Antônio Silveira, irmão do tabelião, seu primo e Promotor Público do município de Jaicós, José Benedito Coutinho, e o prefeito municipal, Benedito Pacheco Júnior, todos pessedistas (TELEGRAMAS. O Piauí). Em seguida, se fizeram presentes os senhores “Alberto Luz, Crimério Mendes e Camilo Leles”, apontados pelo jornal *O Momento*, periódico ligado ao PSD, como “exaltadas figuras da oposição local” que, ao que parecia, sabiam da ida do magistrado ao cartório naquele dia e horário, ou pelo menos viram quando ele foi e o acompanharam. Alberto Luz, cabe ressaltar, era presidente do diretório udenista no município e, em companhia dos demais udenistas, teria

se dirigido ao cartório a pretexto de formular uma “reclamação sobre certidões negativas” fornecidas com data atrasada aos eleitores udenistas (TRAJÉDIA..., 1945). Portanto, além de Joaquim Nelito Silveira e Valdinar Serra e Silva, havia mais seis pessoas na sala do tabelião, ligadas a ambos os partidos políticos. Logo, a antipatia tomou conta do recinto e o clima ficou tenso.

Diante da situação, a reclamação levada pelos udenistas resultou em “uma acalorada discussão” entre o tabelião e o presidente do diretório udenista. Diante da contenda, Valdinar Serra e Silva resolveu acatar a reclamação, interferiu na discussão e exigiu que suas designações fossem obedecidas pelo tabelião, pois era “a autoridade superior” naquela comarca. O magistrado concluiu que a responsabilidade pelo erro era do tabelião que, por sua vez, acabou se sentindo ofendido pelo posicionamento do Juiz e passou a trocar palavras exaltadas com ele. A discussão dentro do cartório entre os dois foi crescendo, ocorreu troca de insultos e atingiu seu ápice quando “o Dr. Valdinar Serra e Silva sacou o seu revólver e o empunhou contra Joaquim Nelito da Silveira, que também se armou (sic)” (TRAJÉDIA..., 1945). Simultaneamente – como depois Alberto Luz descreveu em um telegrama enviado ao *Jornal Gazeta* – Antônio Silveira, irmão do tabelião, também sacou o seu revólver e o apontou para Valdinar Silva. Com isso, os demais presentes, também armados, interviram e foi iniciada uma luta corporal generalizada na sala do tabelião. Tragicamente, o conflito só foi encerrado quando soaram os disparos do revólver de Joaquim Nelito e Valdinar Serra e Silva caiu inconsciente ao chão.

Valdinar Serra e Silva foi alvejado por dois tiros, sendo que um deles atingiu a cabeça. Ele não morreu no local, chegou a ser socorrido e levado para uma residência próxima. Mas, devido à gravidade dos ferimentos, não resistiu e veio a óbito na madrugada do dia 30 de setembro. Joaquim Nelito foi preso em flagrante pelo delegado municipal e levado para a prisão. Os demais envolvidos se evadiram do local. Entretanto, muita coisa ainda estava por vir. O assassinato de Valdinar Serra e Silva, resultado de um conflito que contou com a presença de sujeitos de ambos os partidos políticos e autoridades locais, repercutiu, chocou políticos, magistrados, a população piauiense e todo o estado do Piauí. Logo, o crime não tardou a entrar nos debates políticos em torno da disputa eleitoral em âmbito local, contribuindo para engrossar as críticas em relação à legitimidade e a segurança do pleito, inclusive em nível nacional.

No dia seguinte, em edição especial, o jornal udenista *O Piauí* publicou uma matéria relatando o ocorrido e, em letras garrafais na primeira página, fez a seguinte afirmação:

“política de sangue e lama”, em referência ao assassinato. Estava feita publicamente a associação do crime ao governo e definido o tipo de política que estaria sendo empregada por ele. Para o periódico, o crime teria sido o resultado das violências permitidas pelas “autoridades do Piauí”, desde o mês de agosto – em referência ao ocorrido nos municípios de Barras, Jerumenha e Picos. Logo depois do ocorrido em Picos, denúncias de abusos e violências cometidas pelo poder público e pela polícia na cidade de Jaicós, inclusive dirigidas ao juiz, haviam sido enviadas às autoridades, que nada tinham feito. Para os udenistas, o incentivo e as instruções dadas aos correligionários políticos do governo em Picos tinham sido aplicados. O assassinato do juiz decorria, claramente, de um crime de ordem política, resultante do exacerbado “fanatismo político instalado no Piauí”, por causa disso, as garantias de segurança para o pleito se encontravam comprometidas (ASSASSINADO..., 1945).

O governo do estado só se pronunciou a respeito do crime no dia 1 de outubro, em Nota Oficial publicada no *Diário Oficial do Piauí*. Na nota o interventor lamentou o ocorrido e afirmou que logo que tomou conhecimento do caso, prontamente enviou ordens para que o delegado de Jaicós se mantivesse empenhado na apuração dos fatos, a fim de evitar qualquer possibilidade de fuga dos culpados pelo assassinato. Além disso, também já havia solicitado ao Tribunal de Apelação que designasse um juiz para proceder em Jaicós, um “rigoroso inquérito para apurar o ocorrido e punir os criminosos”. Todas as medidas legais cabíveis haviam sido tomadas, segundo interventor, que no final do pronunciamento ainda se comprometeu a, oportunamente, tornar públicas todas às informações referentes ao inquérito. Contudo, era tarde demais (GABINETE..., 1945).

Logo após o trágico ocorrido, dezenas de telegramas começaram a circular, enviados de Jaicós para outros municípios piauienses, para Teresina, da capital para os municípios, para estados vizinhos e para a capital federal, o que deu ao assassinato repercussão nacional. No dia 2 de outubro, com base em informações enviadas diretamente de Jaicós, por Antônio Rufino Bezerra, o jornal *Diário de Notícias*, no Rio de Janeiro, publicou uma matéria em que abordou o assassinato de Valdinar Serra e Silva e, foi categórico, ao afirmar que o crime havia sido motivado por questões políticas. Para o *Diário de Notícias*, isso ficava claro no Habeas Corpus, considerado tendencioso, concedido pelo Tribunal de Justiça do Piauí aos demais acusados de assassinar o magistrado. Os Desembargadores Adalberto Correa Lima, João Pereira e Eurípedes de Castro Melo, irmão de Leônidas de Castro Melo, que assim como os denunciados, eram partidários pessedistas, votaram a favor da soltura dos outros dois correligionários do PSD envolvidos no crime (ABATIDO..., 1945).

O jornal carioca *Correio da Manhã* também publicou uma matéria tratando do assassinato, e o definiu como um grave crime de cunho político, na tentativa de interferir no processo eleitoral via ameaças e suborno ao juiz. A “presença de importantes figuras políticas no momento do ocorrido”, inclusive armadas, demonstrava isso para o periódico. O *Correio da Manhã* classificou o assassinato de Valdinar Serra e Silva como o “maior dos crimes já registrados” na “campanha pela redemocratização”, até aquele momento (CRIME..., 1945). E essa classificação indica que a ocorrência de violências no Piauí e, principalmente, o assassinato de Valdinar Serra e Silva, podem ter sido uns dos elementos que contribuíram para reforçar, ainda mais, o clima de insegurança e tensão política que ia crescendo no país. Como já destacamos no texto, outros crimes e assassinatos já haviam ocorrido durante a campanha, bem como ameaças a magistrados e violências físicas entre políticos e eleitores. Além disso, essa situação não se restringia ao Piauí, como veremos mais adiante. Mas, até então, os crimes não haviam ferido de maneira tão profunda o poder encarregado de garantir a lei e a ordem e que, portanto, deveria ser respeitado acima de qualquer coisa.

O assassinato do magistrado era o maior dos crimes já praticados durante a campanha, porque passava à população dois sentimentos: primeiro, a sensação de insegurança, e segundo, que se o governo e os seus partidários podiam tudo, até mesmo desprezar a lei e seus representantes, não havia garantias de segurança para ninguém que se opusesse a eles, nem mesmo garantias de legitimidade ao pleito. Do Rio de Janeiro, ao tomar conhecimento do ocorrido no dia 1 de outubro, o Brigadeiro Eduardo Gomes, candidato a presidência pela UDN, enviou ao Des. Esmaragdo de Freitas um telegrama afirmando estar consternado e revoltado com o ocorrido (O TELEGRAMA..., 1945). Virgílio de Melo Franco, secretário geral da UDN, também se manifestou a respeito do crime e enviou uma carta ao Ministro da Guerra, General Gois Monteiro, que posteriormente foi publicada na imprensa. Na carta, Virgílio Franco enfatizou que o quadro de violência no Piauí já vinha ocorrendo há algum tempo e, veementemente, solicitou providências diante do caso e de outros desmandos que estavam ocorrendo pelo país.

Mais de uma vez trouxe ao conhecimento de V. Excia. o estado de permanente e voluntária perturbação da ordem pública em que os governantes do Piauí haviam mergulhado esse Estado [...] não chegou V. Excia. a tomar qualquer providência. O Piauí continua subvertido e abandonado. E o resultado não se fez esperar: numa das cidades tradicionais do Estado, o próprio juiz de direito é assassinado a tiros, no cartório eleitoral, pelo escrivão, acumpliciado – dizem os nossos correligionários – com o prefeito local. (O TRUCIDAMENTO..., 1945, 4).

Na correspondência ao Ministro da Guerra, Virgílio de Melo Franco relatou também um caso de violência ocorrido no estado da Paraíba, na mesma semana, no município de Catolé do Rocha, onde um magistrado havia sido ameaçado por policiais que o apontaram fuzis, por tentar impedir que os soldados retirassem de dentro do cartório eleitoral um udenista que ali estava para receber o título de eleitor. O secretário geral da UDN alertou ao ministro que, esses fatos, não teriam “repercussão limitada a pequenas zonas geográficas”, pois, atingiam a dignidade da magistratura em todo o país (O TRUCIDAMENTO..., 1945, 4). Por causa disso, era necessário tomar providências enérgicas. O fato ocorrido no Piauí – disse Virgílio de Melo Franco – agredia tanto a magistratura, como o povo brasileiro, que via sujeitos que deveriam ser respeitados pela posição que ocupavam serem agredidos sem qualquer pudor ou receio de punição:

Em todos os países civilizados e no Brasil de sempre, antes que a ditadura implantasse a desordem jurídica, os magistrados eram cercados do maior respeito, pela própria iminência da função de julgar, que os coloca num plano superior a lutas e paixões. Temos agora o triste privilégio de assistir a um espetáculo deprimente de desrespeito e violência. No Piauí, um juiz é morto a tiros. (O TRUCIDAMENTO..., 1945, 4).

Para Virgílio de Melo Franco, era necessário dar um basta em tamanhas atrocidades, pois “a continuação do terrorismo desencadeado em Estados como Piauí e Paraíba [...] vicia a validade das eleições”. Permanecendo o quadro de arbitrariedades e violências, não seria possível, “de acordo com o compromisso das classes armadas”, a realização de “eleições livres e honestas para presidente da República e para o Parlamento” (O TRUCIDAMENTO..., 1945, 4). Mas, além de Virgílio de Melo Franco, outras importantes figuras políticas no Piauí e no Brasil entraram em contato com o Ministro da Guerra. O udenista piauiense, José Cândido Ferraz, foi ao Rio de Janeiro onde, junto com Osvaldo Aranha, foi se encontrar com Gois Monteiro para “relatar pormenorizadamente” as violências ocorridas no estado (PRIMEIRO..., 1945). O incidente preocupou todos os udenistas. Informes sobre o crime e o regime de violências foram publicados por vários jornais de fora do Piauí. No Rio de Janeiro, além do *Correio da Manhã* e do *Diário de Notícias*, o *Diário Carioca* e o *Jornal do Brasil* fizeram publicações sobre o ocorrido. Em São Paulo, o *Correio Paulistano* também publicou e, no Maranhão, há relatos do caso no jornal *O Imparcial*. Todos enfatizando o estado de violência e a participação de políticos situacionistas no caso.

No Piauí, os jornais udenistas: *Jornal Gazeta* e *O Piauí*, em algumas das muitas descrições do ocorrido, para aumentar ainda mais a gravidade e a dramaticidade do caso, chegaram a afirmar que o crime só ocorreu porque Benedito Pacheco Júnior e Antônio

Silveira seguraram Valdinar Serra e Silva, para que Joaquim Nelito pudesse disparar o revólver em um ponto mortal, e que mesmo depois de caído, o juiz ainda teria sido alvejado outra vez. Claramente, a narrativa dos jornais de oposição ao governo tinha por finalidade tornar aviltante o que já era trágico. Aviltante porque o crime teria sido covarde, sem que o juiz pudesse nem ao menos se defender, vítima de sicários políticos jaiçoenses, descritos de maneira pejorativa em uma das matérias como: “os índios que agora eram culpados”. Bárbaros que tinham a proteção de quem apoiava barbaridades. Além disso, como se não bastasse, ainda passaram a enfatizaram o fato de Valdinar Silva ter deixado uma viúva com três filhos pequenos para criar, e ter sido sepultado em Jaicós, distante de onde residia sua família.

Se em nível nacional o assassinato do magistrado foi apresentado como motivo de preocupação quanto a segurança e a legitimidade do pleito, no Piauí, o objetivo dos periódicos foi ainda mais fundo, a intenção era causar uma profunda consternação na população piauiense, além de repulsa e indignação com um crime bárbaro que havia tido a conivência das autoridades locais. Era necessário dar um basta nos arbítrios da “mini ditadura” de Leônidas de Castro Melo. Todavia, embora o discurso oposicionista sobre o assassinato tenha legitimidade e se mostre autêntica a indignação, esse discurso também soa oportunista, pois os udenistas se mantiveram em silêncio sobre a existência de um clima de animosidade coletiva no estado, inclusive criado pelos próprios partidários da UDN. Para os udenistas e seus apoiadores, eles eram sempre as vítimas do autoritarismo do governo.

Após a nota do interventor no *Diário Oficial* no início de outubro, o governo estadual não comentou as acusações dos udenistas por meio daquela folha. Essa função coube ao jornal governista, *O Momento*. Nas páginas desse periódico, os pessedistas apresentaram suas versões do ocorrido e se defenderam. Para eles, todos os casos de violência continuavam sendo culpa da oposição, era ela que não tinha preceitos democráticos e não estava respeitando a legalidade e a tranquilidade do pleito.

O jornal *O Momento* também qualificou o crime como uma tragédia, e apontou o juiz como vítima de Joaquim Nelito, no entanto, as circunstâncias teriam sido bem diferentes das que foram apresentadas nos jornais udenistas. A começar, o prefeito de Jaicós não teria estado no cartório durante a contenda. Além disso, os responsáveis por insuflar a questão teriam sido os partidários udenistas, que chegaram ao cartório pouco tempo depois do juiz (TRAJÉDIA..., 1945). O crime, para os pessedistas, embora lamentável, teria sido resultado, unicamente, da discussão entre o tabelião e o juiz, inflamada pelos udenistas. Ambos andavam armados e, em

um momento de fúria, ao sacarem seus revólveres, Joaquim Nelito teria disparado primeiro. Para o periódico, se Joaquim Nelito não tivesse puxado o gatilho primeiro, possivelmente teria sido ele a vítima. Valdinar Serra e Silva não era uma pessoa tão comedida e ilibada como queriam os oposicionistas. O que a oposição queria era capitalizar o ocorrido em seu favor, por isso tratou de “lançar sobre a opinião pública, através de explorações nitidamente partidárias”, que a responsabilidade do ocorrido era do governo (TRAJÉDIA..., 1945).

Defendendo-se das acusações da oposição, os pessedistas acusaram os udenistas de exploração da fatalidade em favor próprio, escondendo a personalidade difícil e arredia do magistrado, bem como alguns incidentes no qual ele já havia se envolvido em Jaicós. Mesmo ressaltando as qualidades profissionais do Juiz, a matéria também destacou seus problemas pessoais para justificar que, por si só, o magistrado era capaz de possuir desafetos. Nas outras duas comarcas onde havia trabalhado teria mantido a mesma postura, e esteve envolvido por diversas vezes em desavenças, principalmente quando estava em estado de embriaguez – o que, segundo o jornal *O Momento*, era frequente. A prova seria um processo que o magistrado estava respondendo na Procuradoria Geral do Estado por má conduta. Não era responsabilidade do governo do estado e nem do interventor o que ali havia ocorrido, sobretudo pela distância em que se encontrava do local. Tudo se tratava de uma “tentativa de lançar responsabilidades contra autoridades que não tinham poderes miraculosos” para evitar a tragédia. Ao contrário das acusações, a culpa seria “dos politiquinhos locais que vinham sistematicamente provocando os impulsos, os atritos e as disputas que pesavam sobre o ambiente” (TRAJÉDIA..., 1945).

O embate entre os partidos seguiu durante todo o mês de outubro pelos jornais. O crime de Jaicós foi assunto recorrente nos periódicos piauienses e cariocas, explorado de duas maneiras: como crime hediondo, que colocava a segurança e a legalidade do pleito sob suspeição, não podendo ficar impune, e como elemento político, para justificar ainda mais o argumento udenista que dizia ser necessário pôr um fim ao regime de exceções chefiado por Getúlio Vargas e pelos interventores estaduais, antes das eleições. Para os udenistas, só as forças armadas, através de um golpe, poderiam garantir a estabilidade democrática e a lisura do pleito.

Considerações Finais

Mesmo sem intencionalidade, as abordagens dos periódicos piauienses, em relação aos crimes ocorridos entre agosto e outubro de 1945 no Piauí, revelam uma dimensão do contexto político no estado naquele período. Nas zonas de interdito, o jornal *O Momento* mostra que o estado de arbitrariedades e violências não decorria unicamente da *cultura política partidária*, mas também da própria *cultura política popular*, ambas inseridas dentro da *cultura política local*. Para Serge Berstein, assim como a cultura, a *cultura política* “se inscreve no quadro das normas e dos valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado, e do seu futuro” (BERSTEIN, 1998, p. 352-353). Ela não é engessada, pois decorre da produção de significados que os sujeitos atribuem para si, em um mundo compartilhado através do tempo. Por este motivo, como destaca Berstein (1998, p. 354), no interior de uma nação existe uma pluralidade de *culturas políticas*, com zonas de aproximação e distanciamento entre ambas, que permitem que elas coexistam, se complementem e evoluam.

Questões ligadas à ética, à defesa da honra e da masculinidade, eram elementos culturais intrínsecos ao conjunto de crenças e valores da sociedade piauiense naquele contexto e, o uso da força e da violência acabava, em grande medida, sendo maneiras legítimas de agir em determinadas ocasiões, por se encontrarem sedimentadas na cultura popular. O historiador Aelson Barros Dias (2014), pesquisando a violência no sertão sul piauiense entre o final do século XIX e início do século XX, destacou a existência de uma cultura política pautada na masculinidade e na virilidade, que foi instituída como padrão de comportamento e virou costume, tradição, ou seja, um elemento cultural. Segundo Dias (2014), a violência foi estabelecida como uma das formas legítimas de defesa de interesses políticos, pessoais e familiares, bem como instrumento de manutenção ou aspiração de poder, à revelia do poder institucional e burocrático. Por isso ocorria até mesmo dentro das instituições.

Evidentemente, o assassinato de Valdinar Serra e Silva não foi o fator decisivo para que Getúlio Vargas fosse deposto, mas, em meio à crise de confiança na idoneidade e segurança do pleito, ele foi significativo para que as articulações em torno da possibilidade de deposição do ditador, antes das eleições, tomassem um ritmo acelerado. Exatos trinta dias depois do assassinato, diante das pressões dos udenistas e da suspeita de que Getúlio Vargas tinha a intenção de desferir outro Golpe de Estado, como em 1937, os apelos dos udenistas, favoráveis a uma intervenção dos militares, foram atendidos. Entre as onze horas da noite e às duas da manhã do dia 29 de outubro de 1945 – sob a perspectiva de um conflito armado no Palácio do Catete, sede do governo federal no Rio de Janeiro – o alto comando do Exército

brasileiro, apoiado pelo Ministro da Guerra e pelos candidatos a presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra (PSD) e Brigadeiro Eduardo Gomes (UDN), pôs um ponto final em um ciclo de quinze anos de um governo federal ininterrupto no Brasil.

Referências

- ABATIDO a tiros, no próprio cartório, por elementos governistas, um juiz de direito no Piauí. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, p.4, 2 de outubro de 1945.
- ARENDETT, Hannah. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 10ªed.
- ARRAES FILHO, Manoel Ricardo. **Oligarquias e Elite política no Piauí: 1982-1995**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, UNICAMP, Campinas.2000, 184p.
- ASSASSINADO barbaramente: Política de sangue e lama. **O Piauí**. Teresina, p.1, 30 de setembro de 1945.
- ASSUNÇÃO, Rosângela. **A política trabalhista na era Vargas e a construção da memória dos portuários de Teresina (1930-1954)**. / Rosângela Assunção, Teresina: UFPI, 2005. Dissertação (mestrado) UFPI.
- BÁRBARO assassinio! O trucidamento do juiz de direito de Jaicós. **Jornal Gazeta**. Teresina, p. 1, 3 de outubro de 1945.
- BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: **Para uma história cultural**. Direção de Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinele. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. Cap. 20, p. 349-359.
- BOBBIO, Norberto. Fanatismo. In: **Dicionário de Política**. Vol. 1. 11ª ed. Tradução: Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini. Brasília: Editora UNB, 1998, p. 464.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 8ª ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2005. 322p.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil – o longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- COISAS de política. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 6, 8 de agosto de 1945.
- COMENTÁRIOS. **Jornal Gazeta**. Teresina, p. 2, 3 de outubro de 1945.
- CRIME revoltante no Piauí. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 14, 2 de outubro de 1945.
- DIAS, Aelson Barros. **Sob o signo da honra e do capricho: a violência costumeira no sertão sul do Piauí entre o final do séc. XIX e início do séc. XX**. Contraponto: Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI. Teresina, v. 3, n. 1, agosto de 2014.
- EM JAICÓS o delegado de polícia desrespeita as famílias e perturba os festejos religiosos. **Jornal Gazeta**. Teresina, p.1, 28 de setembro de 1945.
- EVOLUÇÃO da Justiça Eleitoral no Brasil. Disponível em: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pi-espaco-memoria-destaques-da-2-fase-1945-a-1999>. Acesso em: 31 de maio de 2018.
- GABINETE do interventor: Nota Oficial. **Diário Oficial**. Teresina, p.1, 1 de outubro de 1945.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Tradução: Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1978. 321 p.
- GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Dicionário Histórico-biográfico Piauiense**. Teresina: Gráfica e Editora Júnior Ltda, 1993. 2º ed. 304 p.
- LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: **Fontes Históricas**. Carla Bassanezi Pinsky, (organizadora). — 2.ed., 1ª reimpressão. — São Paulo: Contexto, 2008. Capítulo 4.
- MALDADE e inépcia. **Jornal Gazeta**. Teresina, p. 3, 10 de outubro de 1945.

- MELO, Leônidas de Castro. **Trechos do meu caminho**. COMEPI, 1976.
- NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A Revolução de 1930 no Piauí: 1928-1934**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.
- NOTA OFICIAL. **Jornal Gazeta**. Teresina, p. 1, 3 de outubro de 1945.
- O CASO Jerumenha. **Jornal Gazeta**. Teresina, p.4, 19 de agosto de 1945.
- O GRANDE comício ansiosamente esperado. **Jornal Gazeta**. Teresina, p. 4, 15 de agosto de 1945.
- O SR. GETÚLIO VARGAS constringido afinal a deixar o governo. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 1, 30 de outubro de 1945.
- O TELEGRAMA de Eduardo Gomes. **Jornal Gazeta**. Teresina, p. 4, 3 de outubro de 1945.
- O TRUCIDAMENTO do Juiz de Jaicós. O Piauí, diz Virgílio de Melo Franco, em carta ao Ministro da Guerra, continua subvertido e abandonado. **Jornal Gazeta**. Teresina, p. 4, 10 de outubro de 1945.
- OLIVEIRA, Marylu Alves de. **Da terra ao céu: Culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964)** Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2016. 532 f.
- OS DESVAIRAMENTOS interventoriais de Picos. **Jornal Gazeta**. Teresina, p. 4, 19 de setembro de 1945.
- POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Tradução Dora Rocha Flaksman. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.
- PRIMEIRO encontro do General Dutra com Osvaldo Aranha, depois daquela célebre entrevista. **Jornal Gazeta**. Teresina, p. 4, 10 de outubro de 1945.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**. 3. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1990.
- TELEGRAMAS. **Jornal Gazeta**. Teresina, p. 4, 3 de outubro de 1945.
- TELEGRAMAS. **O Piauí**. Teresina, p. 1, 30 de setembro de 1945.
- TRAJÉDIA de Jaicós. **O Momento**. Teresina, p. 7, 4 de outubro de 1945.
- VIOLÊNCIAS EM JAICÓS. **Jornal Gazeta**. Teresina. P. 1, 28 de setembro de 1945.
- VIOLÊNCIAS pelos municípios. **Jornal Gazeta**. Teresina, p.1, 19 de setembro de 1945.

Recebido em 10 de setembro de 2020

Aprovado em 15 de dezembro de 2020